autuado por cintiacarrer em 22/09/2026 16:28:08.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 629/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 — Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 — Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 — Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 — Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 — Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

Lei Federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014 — Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 — Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 — Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

Matéria DSP 14541/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 22/09/2026 e juntado ao PL 629/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=765591.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021 — Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera leis.

Lei Estadual nº 7.450, de 16 de julho de 1991 — Cria a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos e dá providências correlatas.

Lei Estadual nº 12.136, de 24 de outubro de 2005 — Institui o “Dia Sem Carros”.

Lei Estadual nº 12.907, de 15 de abril de 2008 — Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado de São Paulo.

Lei Estadual nº 13.798, de 9 de novembro de 2009 — Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC.

Lei Complementar Estadual nº 1.139, de 16 de junho de 2011 — Reorganiza a Região Metropolitana da Grande São Paulo, cria o respectivo Conselho de Desenvolvimento e dá providências correlatas.

Lei Estadual nº 15.318, de 13 de fevereiro de 2014 — Institui a Política de Mobilidade Sustentável e Incentivo ao Uso da Bicicleta e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001 — Dispõe sobre a organização dos serviços do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na Cidade de São Paulo, autoriza o Poder Público a delegar a sua execução, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.173, de 26 de junho de 2006 — Estabelece indicadores de desempenho relativos à qualidade dos serviços públicos no Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.485, de 19 de julho de 2007 — Consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 14.488, de 19 de julho de 2007 — Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito – FMDT.

Lei Municipal nº 14.675, de 23 de janeiro de 2008 — Institui o Plano Emergencial de Calçadas – PEC.

Lei Municipal nº 14.933, de 5 de junho de 2009 — Institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo.

Matéria DSP 14541/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 22/09/2026 e juntado ao PL 629/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=765591.

autuado por cintiacarrer em 22/09/2026 16:28:08.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Municipal nº 14.977, de 11 de setembro de 2009 — Cria a Gratificação por Desempenho de Atividade Delegada, nos termos que especifica, a ser paga aos Policiais Militares e Civis que exercem atividade municipal delegada ao Estado de São Paulo por meio de convênio celebrado com o Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 15.096, de 5 de janeiro de 2010 — Dispõe sobre o Programa Censo-Inclusão e Cadastro-Inclusão para a identificação, mapeamento e cadastramento do perfil socioeconômico das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no âmbito do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 15.997, de 27 de maio de 2014 — Estabelece a política municipal de incentivo ao uso de carros elétricos ou movidos a hidrogênio, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 — Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

Lei Municipal nº 16.051, de 6 de agosto de 2014 — Estabelece diretrizes a serem observadas para a publicação de dados e informações pela Prefeitura do Município de São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo e pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo em formato eletrônico e pela internet, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.337, de 30 de dezembro de 2015 — Institui o Serviço de Atendimento Especial – Serviço Atende, no Município de São Paulo.

Decreto Municipal nº 56.834, de 24 de fevereiro de 2016 — Institui o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo – PlanMob/SP 2015.

Lei Municipal nº 16.673, de 13 de junho de 2017 — Institui o Estatuto do Pedestre no Município de São Paulo e dá outras providências.

Decreto Municipal nº 57.867, de 12 de setembro de 2017 — Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, bem como altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.

Lei Municipal nº 16.781, de 3 de janeiro de 2018 — Institui o Programa de Parcelamento de Multas de Trânsito – PPM.

Lei Municipal nº 16.885, de 16 de abril de 2018 — Cria o Sistema Cicloviário do Município de São Paulo – SICLO, revoga a Lei nº 14.266, de 6 de fevereiro de 2007, e dá outras providências.

Matéria DSP 14541/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 22/09/2026 e juntado ao PL 629/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=765591.

autuado por cintiacarrer em 22/09/2026 16:28:08.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Decreto Municipal nº 58.750, de 13 de maio de 2019 — Dispõe sobre a regulamentação provisória do serviço de compartilhamento e do uso dos equipamentos de mobilidade individual autopropelidos, patinetes, ciclos e similares elétricos ou não, acionados por plataformas digitais.

Decreto Municipal nº 58.907, de 9 de agosto de 2019 — Regulamenta os serviços de compartilhamento de patinetes elétricos acionados por meio de plataformas digitais.

Lei Municipal nº 17.901, de 11 de janeiro de 2023 — Consolida a Política Municipal de Dados Abertos e Transparência Ativa no âmbito da Cidade de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 17.975, de 8 de julho de 2023 — Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

PL 48/2022 — Disciplina o compartilhamento de bicicletas, patinetes e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos.

PL 720/2024 — Altera a Lei nº 13.697, de 22 de setembro de 2003, a fim de criar o Programa de Transporte Municipal Gratuito – Vem Social, no município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 59/2025 — Autoriza identificação eletrônica de gratuidade para crianças de 3 a 6 anos no transporte público municipal.

PL 266/2025 — Institui o Programa Move Marias, que dispõe sobre a gratuidade temporária das tarifas do transporte coletivo às pessoas em situação de violência familiar e/ou doméstica e seus dependentes, no município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 308/2025 — Assegura às pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento e deficiências ocultas o direito à prestação gratuita do serviço de transporte coletivo municipal, e dá outras providências.

PL 397/2025 — Dispõe sobre a permissão de uso das faixas exclusivas e corredores de ônibus por veículos que transportam pessoas com deficiência e em tratamento de doenças graves e dá outras providências.

Matéria DSP 14541/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 22/09/2026 e juntado ao PL 629/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=765591.

autuado por cintiacarrer em 22/09/2026 16:28:08.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 620/2025 — Regula o transporte privado individual e o frete por aplicativos, abrangendo dados, plataformas tecnológicas, mobilidade urbana, transporte coletivo e compartilhamento de informações com o Município.

PL 1239/2025 — Institui o Programa “Infância sem Tarifa”, que dispõe sobre a concessão de isenção de pagamento de tarifas no sistema de transporte coletivo municipal às crianças de até 12 anos que residam no Município de São Paulo.

PL 1501/2025 — Cria o Mapa Municipal de Mobilidade Ativa, em aplicativo/site, com rotas para pedestres, ciclistas e usuários do transporte público e incorporação dos dados ao planejamento urbano.

PL 23/2026 — Concede passe livre no transporte coletivo municipal a mães e pais atípicos de baixa renda.

PL 258/2026 — Institui a Política Municipal de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência no município de São Paulo e dá outras providências.

PL 347/2026 — Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Apoio ao Deslocamento Comunitário em Situações de Velório no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 487/2026 — Altera a Lei nº 9.939, de 16 de julho de 1985, para permitir a identificação eletrônica dos beneficiários da gratuidade no transporte coletivo municipal.

PL 640/2026 — Dispõe sobre as diretrizes para a promoção da acessibilidade universal nos espaços, equipamentos e serviços públicos do Município de São Paulo e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 22 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 14541/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 22/09/2026 e juntado ao PL 629/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=765591.